



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

1 PLENÁRIO DO COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

2 **ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 06 DE FEVEREIRO DE 2020 – UNAÍ/MG**

3 Aos seis de fevereiro de 2020, às 09h00min, na sede do CBH Urucua em Unaí/MG,
4 reuniram-se os membros do Comitê da Sub Bacia Hidrográfica Mineira do Rio Urucua
5 para a reunião extraordinária. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e
6 suplentes: **Marcos Paulo Dias Oliveira** (PMMG) **Tais Fernanda Martins Ferreira**
7 (SEMAD) **Antônio Marcos de Freitas Monteiro** (IMA) **Álvaro de Moura Goulart**
8 (EMATER); **Zelvânio Santiago da Silva** (IGAM); **Ivonete Antunes Ferreira** (AMNOR);
9 **Vanderlito do Divino Nunes de Souza** (Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas);
10 **Welington Carlos de Castro** (Prefeitura Municipal de Uruana de Minas) **Jeane**
11 **Evangelista Borges**; (Prefeitura Municipal de Uruana de Minas); **Ronaldo Silva Xavier**
12 (COPASA); **Altegnio Batista Dornellas** (CAPUL); **Helberth Henrique Raman Vale**
13 **Teixeira** (FIEMG); **Marcelo Perondi** (ABHP) **Paulo Frank de Magalhães** (COAGRIL)
14 **Rildo Esteves de Souza** (CREA-MG); **Terezinha Lopes Santana** (AMA); **Júlio César**
15 **Ayala Barreto** (CEPASA); **Ernane Faria** (FUNATURA); **Francisco Pinto da Silva**
16 (ARPA); **Ciro Leonardo Rabelo Coelho** (ASCON). Também compareceram na reunião:
17 **Daiane Pereira** (Prefeitura Municipal de Arinos) que prestigiaram a sessão. **Assuntos em**
18 **Pauta:** **1. EXECUÇÃO DOS HINOS:** foi executado o hino nacional brasileiro; **2.**
19 **ABERTURA.** Procedeu à composição da mesa a Presidente do CBH Urucua Sra. Ivonete
20 Antunes Ferreira, o Vice-Presidente Sr. José Américo Carniel, o Primeiro-Secretário, Sr.
21 Altegnio Dornellas e o Secretário Adjunto Sr. **Ciro Leonardo Rabelo Coelho.** **3.**
22 **APROVAÇÃO DA ATA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA:** passou-se a aprovação da ata da
23 71ª Reunião Ordinária: os conselheiros **Francisco Pinto da Silva** (ARPA), **Ernane Faria**
24 (FUNATURA), **Zelvânio Santiago da Silva** (IGAM), **Antônio Marcos de Freitas Monteiro**
25 (IMA), **Marcelo Perondi** (ABHP), **Ivonete Antunes Ferreira** (AMNOR), por não estarem
26 presentes na 71ª reunião, abstiveram-se da votação. Os demais presentes aprovaram a
27 ata unanimemente. **4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO RESERVA PARTICULAR DO**
28 **PATRIMÔNIO NATURAL NO CERRADO – CEPE/ FUNATURA – ERNANE FARIA:** o
29 conselheiro **Ernane Faria**, depois de cumprimentar os presentes e agradecer o espaço
30 para a apresentação do seu projeto, explicou que este projeto envolve todas as regiões do



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

31 Brasil onde existe o Bioma Cerrado, e ele ficará responsável pelas regiões do Noroeste de
32 Minas, Oeste da Bahia e parte de Goiás, na cidade de Mambai. Cada região do Brasil, que
33 compreende o Cerrado, terá um representante para divulgar o projeto e auxiliar os
34 interessados na criação das reservas privadas. Disse que essas Reservas Privadas de
35 Patrimônio Natural – RPPNs, estão sendo financiadas por um fundo internacional – Critical
36 Ecosystem Partnership Found juntamente com o Instituto Internacional de Educação no
37 Brasil – IEB, uma vez que está muito difícil conseguir subsídios dos governos federal e
38 estadual para este fim. Continuando o conselheiro explicou a importância da criação de
39 novas unidades de conservação, pois apesar do Cerrado ser um bioma muito rico, está
40 extremamente ameaçado. O conselheiro explicou também que a categoria de Unidade de
41 Conservação – UC é criada de forma voluntária e administrada por proprietários
42 interessados no uso sustentável. Não há uma exigência quanto ao tamanho da área a ser
43 criada e é possível continuar com as atividades econômicas no restante da propriedade. O
44 status de proteção das unidades é perpétuo, contudo é possível usar a área protegida
45 para pesquisa científica, atividades turísticas e para educação ambiental. Além de
46 contribuir para conservação da natureza o proprietário interessado na criação da unidade
47 terá isenção do Imposto Territorial Rural – ITR da área criada, prioridade na análise de
48 concessão de créditos agrícolas por bancos fiscais e concessão de recursos do fundo
49 nacional do meio ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, que podem ser captados via
50 organizações da sociedade civil, órgãos públicos ou fundações, que poderão se usados
51 para financiar projetos que beneficie a preservação e a conservação da área privada. O
52 conselheiro Ciro Leonardo pediu a palavra para dizer que este é o grande problema para
53 criação de novas RPPNs, com o pouco incentivo financeiro que é dado para os
54 empreendedores, nenhum produtor quer abrir mão de uma parte da terra que poderá
55 produzir, e se não houver uma contra partida que seja interessante para o proprietário,
56 ninguém vai se sentir estimulado em criar uma nova unidade de proteção. O conselheiro
57 Ernane Faria concordou, mas disse que como o município recebe o ICMS ecológico das
58 RPPNs, o proprietário pode fazer algumas exigências, como cobrar manutenção da
59 estrada que leva até a unidade. Continuando o conselheiro disse que empreendedores
60 interessados em criar uma unidade de proteção, podem se cadastrar no site
61 <https://enketo.ona.io/x/#2JhUryRR>. E para quem estiver interessado em outras



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

62 informações pode acessar o site reservasprivadasdocerrado.com.br ou pelo caminho
63 @reservasdocerrado. O conselheiro ainda disse que estará à disposição dos interessados
64 podendo até fazer visitas nas sedes dos empreendedores, o combustível também é
65 custeado pelo o fundo. O conselheiro Paulo Frank, ainda no assunto, sugeriu ao
66 Conselheiro Ernane Faria que entrasse em contato com os organizadores do projeto para
67 mostrar os trabalhos dos Comitês, a importância deles na preservação da água e do meio
68 ambiente e saber se existe possibilidade de algum incentivo financeiro para os Comitês de
69 Bacias Hidrográficas, já que existe recurso até para combustível, para fazer visitas de
70 incentivo, talvez houvesse possibilidade, também, de custear despesas básicas dos
71 CBHs. Em resposta o Conselheiro Ernane Faria disse tentará contato com o fundo e
72 acredita que um projeto poderá sim ser criado para este fim **5. APRESENTAÇÃO DO**
73 **SEMINÁRIO INICIAL DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA**
74 **HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO PASTO DOS BOIS – URUANA/MG – JÚLIO AYALA;** o
75 conselheiro Júlio Ayala convidou a conselheira Jeane Evangelista para iniciar a
76 apresentação. Depois de cumprimentar os presentes a conselheira comentou sobre o
77 seminário inicial do projeto de requalificação ambiental da bacia hidrográfica do Córrego
78 Pasto dos Bois, que contou com mais de sessenta proprietários, todos envolvidos
79 diretamente no projeto, o que surpreendeu, provando que a causa foi abraçada por todos.
80 Falou das mudanças positivas que aconteceram nesses três anos que Uruana de Minas
81 vem sendo contemplada com o projeto, como os equipamentos de medição obrigatórios e
82 o Termo de Referência elaborado junto com a comunidade, dando mérito ao conselheiro
83 Júlio Ayala e ao CBH Uruçua por essas conquistas. Disse que a Companhia Brasileira de
84 Projetos e Empreendimentos – COBRAPE, empresa de renome internacional, que foi
85 contratada para fazer a fiscalização do projeto, já está em Uruana de Minas fiscalizando
86 todas as atividades que dizem respeito ao projeto, dando maior transparência a execução
87 dos trabalhos. Disse que junto com um representante da empresa Fortal, vencedora da
88 licitação em Uruana de Minas, participou de um treinamento para utilização do medidor de
89 vazão, ministrado pela empresa INOVESA, responsável pela a execução do projeto em
90 Bonfinópolis de Minas, mostrando o interesse e a parceria entre as duas empresas. Para
91 finalizar a conselheira convidou os presentes para a próxima oficina ministrada pela
92 empresa Fortal, que acontecerá em Uruana de Minas, no dia vinte e seis de março. A



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

93 conselheira informará o tema da oficina posteriormente. Com a palavra o conselheiro Júlio
94 Ayala deu início a apresentação do projeto de requalificação dos Pastos dos Bois, dizendo
95 que é uma Bacia Hidrográfica com pequenas dimensões e é possível equacionar os
96 problemas com bastante precisão no Termo de Referência. Apresentou imagens das
97 etapas de recuperação de uma nascente que estava “adormecida” há décadas, e hoje
98 apresenta um fluxo de base de quarenta e cinco litros por segundo. Mostrou o trabalho do
99 proprietário Losuir Zuffo, da COORPETINGA, em Formoso, que iniciou o projeto de
100 preservação e recuperação em mil novecentos e oitenta e nove, época em que o
101 proprietário gastava vinte e cinco minutos para encher um caminhão pipa. Hoje, na mesma
102 nascente, ele gasta quinze minutos. Isso prova que dá pra produzir água mesmo onde o
103 cerrado foi subrimido. O conselheiro também mostrou a surgência, na propriedade do
104 jovem Geovane Cossul, também da COOPERTINGA, que consegue produzir alimento e
105 também água. Disse que produtores como esses deveriam receber o Pagamento por
106 Serviços Ambientais – PSA. O conselheiro mostrou imagens de Barrajões e de
107 readequação de estradas. Disse também que a empresa Fortal já iniciou os trabalhos na
108 comunidade, com o plantio de gramíneas e leguminosas em algumas voçorocas. **6.**
109 **APRESENTAÇÃO DO SEMINÁRIO INICIAL DO PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO**
110 **AMBIENTAL DA BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO RIACHO DAS PEDRAS –**
111 **BONFINÓPOLIS/MG – JÚLIO AYALA;** o conselheiro Júlio Ayala começou dizendo que
112 este projeto é fruto de uma parceria entre o CBH Urucua, o poder público municipal e a
113 empresa que ganhou a licitação para executar o projeto. Lembrou que a primeira reunião
114 da câmara técnica aconteceu em 2012, e o primeiro recurso financeiro foi dividido entre os
115 municípios de Uruana de Minas e Chapada Gaúcha, municípios que compareceram nesta
116 reunião. Por não ter participado das reuniões que se seguiram Chapada Gaúcha ficou fora
117 dessa etapa, permanecendo apenas Uruana de Minas, já no terceiro ano do projeto e
118 Bonfinópolis de Minas que passou a ser contemplado com o recurso. Disse que os
119 projetos de Uruana de Minas e Bonfinópolis de Minas, que concorreram com outros
120 quarenta projetos, foram os melhores entre os selecionados. Explicou que entre as
121 entidades envolvidas como o CBH Urucua, que deu início a tudo, o Comitê Federal, que é
122 o demandante do projeto, e Agência Peixe Vivo, que é quem contrata as empresas, e as
123 executoras, que são as empresas que ganham a licitação, o ator principal é a comunidade



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

124 que consegue sensibilizar as autoridades para que o projeto acontecesse, mostrando que
125 esse é o caminho a ser seguido. Disse também que o apoio das prefeituras foi muito
126 importante, que sem ele nada se faz. O conselheiro deixou claro que esse projeto não tem
127 nenhum vínculo político ou partidário e sim o apoio incondicional dos governantes, tanto
128 que os secretários, o Poder Executivo em peso e a Câmara Municipal estão sempre
129 presentes. Falou do Termo de Referência, instrumento principal do projeto, que dessa vez
130 foi feito junto com a comunidade: representantes da empresa executora ficaram oito dias
131 em cada comunidade, para que o termo fosse elaborado juntamente com a população,
132 uma grande conquista, segundo o conselheiro. Continuando o conselheiro mostrou
133 imagens da Bacia Hidrográfica do Riacho das Pedras, que será contemplada com o
134 projeto e que possui uma área de 45 (quarenta e cinco) km², onde oitenta por cento desse
135 espaço está altamente degradado. O conselheiro mostrou o valor liberado para este
136 projeto que é de um milhão setecentos e setenta e nove mil, um valor bem substancial
137 para uma cidade relativamente pequena e nada desse recurso passará pelas contas da
138 prefeitura, será depositado direto na conta da empresa executora. O conselheiro
139 Vanderlito Nunes pediu a palavra para reforçar a fala do Conselheiro Júlio Ayala, dizendo
140 que o prefeito de Bonfinópolis de Minas fez questão de dizer, em público, para a
141 população, que esse recurso é apenas da cobrança pelo uso da água, na calha federal
142 do Rio São Francisco. Continuando, o conselheiro Júlio Ayala falou da importância dos
143 terraços para armazenagem de água da chuva, pois, além de levar água para os
144 aquíferos, possibilita a irrigação da produção através de pivôs. Falou dos barrajões, que
145 diferente das barraginhas acumula muita água que também poderá servir para irrigação. O
146 conselheiro comentou sobre o projeto piloto feito na comunidade Santo André, em
147 Bonfinópolis de Minas, onde o Prefeito disponibilizou o maquinário necessário, o
148 conselheiro Júlio Ayala desenvolveu o projeto hidráulico e a estrada rural desta
149 comunidade foi readequada para armazenamento de água da chuva, suportando até
150 duzentos milímetros de chuva em vinte e quatro horas e impedindo que sedimentos das
151 enxurradas cheguem ao curso d'água. Falou também que a empresa INOVESA irá
152 readequar dois quilômetros e meio de estrada rural degradada, na comunidade Riacho
153 das Pedras. O conselheiro mostrou imagens de voçorocas sendo recuperadas com
154 plantação de gramíneas, paliçadas para diminuir a força da enxurrada e drenos de



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

155 bambus, que servem para drenar a água subterrânea que aflora no fundo e nas laterais da
156 voçoroca. Comentou das aguadas, bebedouros para o gado, que usa uma bomba d'água,
157 que funciona com energia solar, para distribuir água fora da calha manancial, em
158 diferentes pontos da fazenda, evitando que os animais procurem as nascentes para beber.
159 O conselheiro falou sobre o Índice de Controle Ambiental dos Recursos Hídricos – ICARH,
160 que será obrigatório para todo projeto de recuperação hidro-ambiental, que usa
161 equipamentos de alta tecnologia, como pluviômetro digital, que mede a quantidade de
162 chuva, rastreador de vazão, para medir o fluxo de água de um determinado córrego e um
163 turbidímetro digital, que será usado para medir turbidez da água do manancial que está
164 sendo recuperado, dados técnicos que servirão como parâmetros para provar para a
165 sociedade que os projetos de recuperação estão realmente dando resultado. Os
166 equipamentos serão instalados em uma propriedade no alto do Riacho das Pedras e as
167 medições serão feitas mensalmente. Também esclareceu que esses equipamentos serão
168 doados para as entidades que representam as famílias de produtores das bacias
169 hidrográficas beneficiadas A presidente Ivonete Antunes perguntou para o conselheiro
170 Júlio Ayala quem propôs para a Agência Peixe Vivo essas mudanças com essas novas
171 tecnologias. Em resposta o conselheiro disse que a ideia dos monitoramentos e do Termo
172 de referência feito junto com a comunidade, foram reivindicadas pelo CHB Urucua, e a
173 partir de agora todos os projetos, financiados pelo CBHSF, deverão seguir esse padrão
174 para serem aprovados. Continuando o conselheiro falou das oficinas de capacitação
175 ambiental do projeto de requalificação hidro-ambiental, que serão ministradas para a
176 comunidade com temas que envolvem preservação, recuperação e sustentabilidade.
177 Disse sobre a importância da COBRAPE, como empresa fiscalizadora, onde nenhuma
178 parcela subsequente do projeto será feita sem a aprovação da empresa. Disse também
179 que pequenas obras, como plantação de gramíneas e leguminosas já começaram na
180 comunidade. **7. COMUNICADO DOS CONSELHEIROS;** a Presidente Ivonete Antunes
181 convidou o conselheiro Zelvânio Santiago para dar esclarecimentos sobre a Portaria de
182 Outorga 3224 de 2009, que também foi comentada em uma plenária do CBH Paracatu.
183 Depois de cumprimentar os presentes o conselheiro explicou que esta portaria diz respeito
184 a um setor da região de Entre Ribeiros, onde, em um processo de retificação, foram
185 incluídos quatro novos usuários, onde três deles estavam a montante da associação e um



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

186 estava à jusante. Com isso, foi solicitado esclarecimento ao IGAM de como se deu a
187 inclusão desses proprietários em uma bacia já em conflito. O primeiro usuário solicitou
188 uma vazão de quarenta e oito litros por segundo, como este já possuía barramento para
189 conter o volume residual, foi possível sua inclusão. No segundo caso um dos
190 empreendedores, que possuía autorização para noventa e seis litros por segundo e não
191 fazia uso dessa água, desistiu da outorga, possibilitando a entrada desse segundo
192 usuário, que solicitou cem litros por segundo. Para o terceiro usuário, que solicitou outorga
193 para mil litros por segundo, foi feita uma análise, com o auxílio da equipe da URG/NOR,
194 juntamente com o IGAM/BH e foi concluído que, anteriormente a esta solicitação o ponto
195 de monitoramento na estação da associação era de 4,24 m/seg (quatro ponto vinte e
196 quatro metros cúbicos por segundo), foi feita uma diminuição de monitoramento para 4
197 m/seg (quatro metros cúbicos por segundo). Nesta estação, quando se fez monitoramento,
198 imediatamente a montante, foi informado a equipe, que existe um barramento com a
199 capacidade de cinquenta e nove hectares e um volume acumulado de mais de seiscentos
200 mil metros cúbicos, informação que também estão nos estudo do processo. Frente a
201 esses dados contidos no processo, foi possível fazer a inclusão desses três usuários a
202 montante da associação sem afetar os demais usuários, tanto a montante quanto a
203 jusante. Foi levantado um questionamento de que não existiria um barramento e sim um
204 dique. O conselheiro disse que o órgão trabalha com as informações que estão no
205 processo, e no processo foi instruído que existe um barramento com regularização de
206 vazão. Se existe um estudo que aponta todos esses dados e uma ART endossando esses
207 estudos, o órgão tem por obrigatoriedade acatar essas informações e acreditar na
208 idoneidade dos dados apresentados. O conselheiro também comentou sobre solicitações
209 para as alterações de algumas condicionantes como o prazo para instalação das estações
210 telemétricas que era de noventa dias, e depois de uma reunião, em Belo Horizonte, entre
211 a diretoria do IGAM e a Presidência da Associação Entre Ribeiros, o prazo dilatou-se para
212 cento e vinte dias. A Associação Entre Ribeiros também entrou com um pedido de
213 reconsideração da portaria, bem como um pedido de reanálise. O pedido de
214 reconsideração já foi feito e encaminhado à equipe técnica do IGAM/BH, para análise. O
215 conselheiro Álvaro de Moura pediu a palavra para comentar sobre outro questionamento
216 encaminhado ao IGAM, como a do usuário que solicita outorga para noventa e seis litros



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

217 que ele não vai utilizar, e depois outro proprietário entra em seu lugar, dá a entender que o
218 que acontece é uma reserva de mercado. Com isso foi solicitado ao IGAM uma cobrança
219 maior para o usuário que não utiliza o que foi solicitado na outorga. Com a palavra a
220 presidente Ivonete Antunes disse que esse assunto do barramento foi extremamente
221 questionado na reunião em Paracatu, pois o de conhecimento de muitos é de que o
222 barramento foi construído com pedras, para que quando houvesse necessidade estas
223 seriam retiradas para a água ser utilizada, descaracterizando o barramento. Em resposta o
224 conselheiro Zelvânio Santiago disse que as decisões do órgão são tomadas com base nas
225 informações que constam no processo, e foi instruído que existe um barramento com
226 regularização de vazão. O conselheiro Herbert falou da sugestão que foi apresentada
227 pelos usuários na reunião em Paracatu, da possibilidade de dar publicidade aos dados de
228 telemetria, para que pudessem ser analisados pelos próprios usuários e toda sociedade
229 civil. O conselheiro Marcelo Perondi, voltando ao assunto do barramento, disse que os
230 questionamentos que foram feitos na reunião fazem todo sentido, pois toda barragem que
231 o conselheiro precisou construir, foi exigido o processo do barramento junto com a outorga
232 de autorização, e esses documentos não constam no processo do barramento citado. A
233 presidente Ivonete Antunes informou a saída do conselheiro Robson Rodrigues dos
234 Santos, que ocupava a cadeira de titular, representando o IGAM, e deu boas vindas ao
235 conselheiro Zelvânio Santiago da Silva, que ocupará a cadeira representando a mesma
236 entidade. O conselheiro Vanderlito Nunes, em nome do Conselho de Desenvolvimento
237 Comunitário de Canabrava, convidou os presentes para a inauguração do primeiro
238 Biodigestor Sertanejo Selado, dia oito de fevereiro às dezoito horas e trinta minutos na
239 sede do Conselho. O conselheiro Francisco Pinto disse que provavelmente está será sua
240 última participação como conselheiro nas plenárias, pois a ARPA, entidade representada
241 por ele, está passando por um processo de eleição e por causa da sua mudança de Arinos
242 para Unaí, demandando muito tempo. O conselheiro falou também sobre o projeto de
243 estruturação do viveiro em Arinos que terá sede própria, conquista da parceria entre o IEF
244 e ARPA e outras entidades. A presidente Ivonete lamentou a saída do conselheiro e
245 reconheceu o esforço e o trabalho que o conselheiro vem fazendo nos anos em que foi
246 membro deste Comitê. A Presidente Ivonete Antunes falou da remodelagem do CBHs,
247 disse que, apesar do estado aceitar a proposta da não remodelagem, ainda acontecerão



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

248 novas reuniões sobre este tema. O assunto também já foi reportado para a Comissão de
249 Assuntos Difusos, na Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte e ainda não existe data
250 definida para que essa questão seja totalmente resolvida. Na oportunidade a presidente
251 convidou os presentes para o próximo Fórum Mineiro, que acontecerá nos dias treze e
252 quatorze, em Belo Horizonte, na ACMinas. A presidente também comentou que a AMNOR
253 irá trabalhar os Planos de Resíduos da Construção Civil, e pediu aos conselheiro que
254 participem e colaborem com a ideia em seu respectivo município. A presidente também
255 comentou sobre a data para próxima reunião, que foi marcada para nove de abril, ponto
256 facultativo, e acontecerá de forma extraordinária em uma data escolhida pelos
257 conselheiros. **8. ASSUNTOS GERAIS;** o conselheiro Júlio Ayala mais uma vez levantou o
258 assunto sobre as ocupações irregulares do leito sazonal do Rio Preto, explicando que uma
259 taxa de quinze reais deve ser paga para que o ofício seja devidamente protocolado e
260 entregue diretamente para o Prefeito. O conselheiro também ratificou o problema da
261 elevatória do SAAE, dizendo que discorda com a resposta enviada pela entidade, pois,
262 dispõe até de fotos aéreas da elevatória submersa na enchente do ano de 2009, que já
263 foram enviadas para o SAAE, por isso o argumento que foi dado não é convincente e o
264 conselheiro sugeriu que o assunto seguisse para o Ministério Público. A presidente
265 Ivonete Antunes deixou o assunto para os conselheiros votarem. O conselheiro Francisco
266 Pinto pediu a palavra para sugerir que o comitê encontre outra forma para resolver este
267 problema, antes de entregá-lo para o Ministério Público, todas as possibilidades deveriam
268 ser esgotadas, pois, da forma que está fica parecendo uma briga por algum problema
269 interno e isso não pode acontecer em um comitê. Com a palavra o conselheiro Paulo
270 Frank sugeriu que um engenheiro do SAAE ou outro representante, fosse convocado para
271 explicar a situação da elevatória, antes do problema ser levado para o Ministério Público.
272 Nessas situações o diálogo é o mais importante, para que os problemas sejam resolvidos
273 da melhor forma possível. A Presidente Ivonete Antunes aprovou a ideia, perguntou aos
274 conselheiros se havia alguma objeção, todos aprovaram a sugestão de convocar o Diretor
275 Geral do SAAE ou seu preposto para prestarem os esclarecimentos solicitados pelos
276 conselheiros na próxima reunião ordinária do CBH. Ainda no assunto o conselheiro
277 Ernane Faria perguntou se esta situação não seria obrigação do SF7. Em resposta a
278 Presidente Ivonete Antunes disse que sim, que a circunscrição do Rio Preto pertence ao



COMITÊ DA SUB-BACIA MINEIRA DO RIO URUCUIA

279 SF7, em Paracatu, mas como somos defensores da água, nada impede que o CBH
280 Urucua, ou outro Comitê de Bacias Hidrográficas, pleiteie este problema, o que não
281 podemos é fechar os olhos para a situação. **9. ENCERRAMENTO;** Não havendo mais
282 assuntos a ser discutido a Presidente Ivonete Antunes, declarou encerrada a sessão e
283 agradeceu à presença de todos os conselheiros da qual foi lavrada esta ata.

Ivonete Antunes Ferreira
*Presidente do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica
Mineira do Rio Urucua*